

(GEO) *grafias*
dos movimentos
sociais

Organizadores
Agripino Souza Coelho Neto
Edinusia Moreira Carneiro Santos
Onildo Araujo da Silva



- PEET, R.; WATTS, M. *Liberation ecologies*. Environment, development, social movements. London: Routledge, 1996.
- PORTER, M. E. Clusters and the new economics competition. *Harvard Business Review*, v.76, n.6, p.77-90, nov./dez.1998.
- SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N. *Estudos sobre globalização, território e Bahia*. 2. ed. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 2006.
- SILVA, S. B. M.; SILVA, B. C. N.; COELHO, A. S. *Desequilíbrios e desigualdades regionais no Brasil e nos estados brasileiros*. João Pessoa: Grafset, 2008.
- SIMONETTI, E. O equilíbrio na diversidade. *Desafios do Desenvolvimento*, v.4, n.33, p.24-30, ab.2007.

O ASSOCIATIVISMO E OS NOVOS DESAFIOS DA GLOCALIDADE

Eduardo Duque
Antônio Calheiros

No espaço do movimento associativo valorizam-se as pessoas, apoia-se a comunidade e previnem-se ou atenuam-se as fracturas sociais. A força do movimento associativo radica na sua representatividade, participação e capacidade reivindicativa, ou seja, na interacção entre a sua cultura específica com o seu meio ambiente.

Reflectir sobre a importância do associativismo, bem como a sua importância para afrontar o estado de individualização reinante será o objectivo deste artigo. Mais especificamente, pretendemos propor o associativismo como a saída possível para um mercado não tão selvagem e mais responsável socialmente.

Este mercado é caracterizado pelo fenómeno da *glocalização*. No entanto, a actual relação entre o global e o local está estruturada sobre o conceito de economia flexível, sobre a qual se estrutura o conceito de regulação. O conceito de *glocalização* sugere-nos, desde logo, que as actividades e os actores económicos estão organizados em rede e procuram tirar proveito das características dos diferentes espaços territoriais, resultando daí, pese o facto das dinâmicas das cidades criativas indicarem o contrário, a constatação de que ainda o espaço dos fluxos se continuar a sobrepor ao fluxo dos lugares.

Sem negarmos os aspectos positivos que derivam desta sociedade globalizada (encontro de povos e culturas, maior consciencialização ecológica, afirmação da necessidade de se promover o crescimento económico sustentável, crescentes apelos à participação política da

(Geo) genios dos movimentos sociais.

sociedade civil...), o individualismo democrático liberal criou condições para o evento da "era do vazio", caracterizada pela desterritorialização, pela transmissão de um futuro sem ainda serem conhecidas as respostas para os problemas do presente, pela desmaterialização do tempo, pelo desenraizamento e a conquista de novos lugares, pela degradação das sociabilidades, pelo desmantelamento das referências, pela devastação dos corpos singulares, pela transformação de cidadãos em consumidores, pela ideologia do exílio...

Um diagnóstico breve e, quiçá, objectivo permite-nos concluir que na sociedade actual predomina um individualismo negativo que pode colidir com uma cultura que se quer estruturada nos valores da democracia, valores estes que apelam à identidade, à participação e à responsabilidade.

Outra contradição prende-se com a manipulação da informação e o acesso ao poder a partir da influência dos media. Para a obtenção deste objectivo concorre a azáfama de conseguir-se o consentimento colectivo dos cidadãos acerca de matérias que estes desconhecem e, cujo os efeitos, muitas vezes jogam contra os seus próprios interesses.

A manipulação da informação existe tanto nos regimes ditatoriais como nos regimes ditos democráticos. O objectivo é o mesmo: controlar a opinião e influenciar a decisão. Se o objectivo é igual, os meios são diferentes. Nos regimes ditatoriais a pessoa humana é controlada através da censura, nos regimes democráticos faz-se através do excesso de opinião e de informação. Neste sentido, é necessário promover a marginalização e a distração em detrimento do pensamento crítico, ou seja, é necessário manipular a opinião pública.

Face a estes estrangulamentos, fala-se hoje de uma cidadania pós-nacional. Esta cidadania pós-nacional apela a

O associativismo e os novos desafios da globalidade

Eduardo Duque e António Calheiros

uma actualização de instituições e de valores. Torna-se necessário regular a relação entre os povos e a emancipação dos mesmos, emancipação esta que só é possível assumindo-se a democracia como um projecto local. No entanto, mais que os governos e as instituições, é necessário reforçar a sociedade civil enquanto espaço entre o Estado e o mercado. Torna-se necessário espalhar a participação democrática onde esta não exista, promover o diálogo intercultural, os direitos concretos dos grupos humanos sem excepção, de modo a promovermos uma verdadeira democracia participativa de alta intensidade. Só assim poderemos dar coerência ao sistema democrático actual e tornar possível um modelo de desenvolvimento endógeno, integrado e global, dado que a comunicação e participação política, social, cultural e económica deixa de ser apanágio das pretensas elites ligadas a formas de poder que pretendam afirmar tendências sectárias.

Outro escolho em matéria de criação de condições favoráveis à afirmação dos valores da cidadania prende-se com o carácter instrumental do planeamento, que o pode conduzir a caminhos extremamente ambíguos. Relativamente ao carácter instrumental da planificação, existe uma grande ambivalência em virtude do processo de instrumentalização das técnicas de planificação em função das características de cada local e dos objectivos a que os diferentes actores se propõem.

Esta diversidade, porém, deve ser acolhida. Os actores, nos seus diferentes níveis de decisão devem participar neste processo. Esta participação social terá de atender aos interesses e às aspirações das colectividades às quais se dirige. Isto pressupõe, desde logo, uma elevada participação social e uma predisposição para a negociação, a

resolução de conflitos, o entendimento e o compromisso (Ander-Egg, 1991: 11-15).

É nesta governança que cada vez mais se exige, até entre muitas outras coisas pela necessidade de regulação, que o mundo associativo ganhe particular relevância. As associações são muito diversas quanto aos seus fins, formas e modos de viverem as missões que lhe são específicas. No entanto, existe um divisor comum que as caracteriza: são organismos que emanam das colectividades locais ou sectoriais e pretendem responder às necessidades das populações e dos seus associados, os quais são o sustentáculo da sua existência e vitalidade. Neste sentido, as associações apresentam-se como um dos mais interventivos actores na promoção do desenvolvimento. Elas reflectem a dinâmica das próprias comunidades ou grupos e, porque possibilitam as relações interpessoais e a troca de informação, assumem uma importante função social. Neste sentido, deveriam ser, porque em muitos casos não o são, parceiros privilegiados dos órgãos de poder. As associações estruturam grupos de pertença nos seios das comunidades e fomentam a auto-afirmação dos indivíduos face a uma sociedade que os pretendem diluir na massa acrítica do pensamento único, baseado na globalização e consumo. A natureza dos organismos associativos são o contraponto a esta tendência, porque estas estruturas fazem-se no plural e promovem a pluralidade, a qual, se integrada de forma harmoniosa e equilibrada, é promotora de uma diversidade de informação capaz de aportar maior riqueza à sociedade. Por isso, a defesa dos elementos estruturantes do movimento associativo é uma causa que deve ser assumida por todas as forças democráticas, na medida em que a democracia necessita de criar mecanismos potenciadores da intervenção dos cidadãos na comunidade.

Dada a identificação dos objetivos das associações com os seus associados, elas assumem-se como organismos que mobilizam e organizam as colectividades. Para que tal seja possível é fundamental um espírito de abertura aos novos gostos sociais, sem perder o sentido dos valores que estruturam estes movimentos.

Pelas próprias afinidades, as associações são espaços de promoção da convivência democrática, de projectos voltados para o desenvolvimento territorial e sectorial.

No entanto, o movimento associativo, a exemplo da sociedade actual, encontra-se hoje numa encruzilhada, onde os desafios não estão devidamente compaginados com prospectivas sólidas. Os tempos actuais são marcados por uma contínua mudança. O ritmo de vida do cidadão actual acelerou perigosamente. O homem actual vive confrontado e voltado para o futuro, o qual chega rapidamente depressa. A realidade é efêmera, o tempo transitório e a atitude do homem hodierno expectante. Os cidadãos "terão cada vez maior dificuldade em aceitar o passo com a incessante exigência de mudança que caracteriza o nosso tempo. Para eles, o futuro chegará demasiado cedo" (Toffler, 1983: 15).

A planetarização da economia e a mobilidade geográfica alteraram as relações espaço-tempo, sendo que na base destas alterações encontramos a própria essência do capitalismo.

A revolução da informação, a qual teve subjacente o grande desenvolvimento tecnológico verificado nos últimos anos, e o movimento de internacionalização das economias transformaram este mundo numa aldeia global. Uma nova linguagem cultural está sendo criada e um novo tipo de funcionamento das relações interpessoais emerge desta cultura do efêmero.

Este período que estamos a travessar é designado por alguns autores de pós-modernidade. Em termos históricos podemos situar o aparecimento desta nova era nos sessenta, os quais marcam uma ruptura com o *status quo* existente. Surgiram os movimentos contra culturais e anti-modernistas, que questionaram os fundamentos da cultura de gostos existentes e as dinâmicas sociais que os sustentavam. Esta reacção pretendia, num amplo movimento de resistência global, obstacularizar a união das pretensões universais da modernidade com o capitalismo liberal e o imperialismo. Embora os movimentos dos anos sessenta tivessem fracassado, marcam o ponto de viragem para o pós-modernismo.

Harvey (1994: 45), socorrendo-se da definição cautelosa de Huyssens, refere que o conceito "pós-modernidade" não é consensual, apontando no sentido de uma certa continuidade, como lenta transformação cultural das sociedades ocidentais, com níveis de profundidade e natureza controversos. Não verifica propriamente uma mudança global de paradigmas nas ordens cultural, social e económica, mas sim uma alteração na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas. Bandeira (2000: 9) alinha pelo mesmo diapasão quando afirma que a pós-modernidade é "continuidade sem ruptura, acumulação e sobreposição de fragmentos. É preciso que algo mude para que tudo fique na mesma".

Lopes (2000: 340 a 342) sintetiza os eixos estruturantes do discurso em torno da pós-modernidade. As atitudes e conceitos ambivalentes originaram uma variedade de interpretações que oscila entre a dicotomia e um *continuum*. Para uns, estamos em presença de uma ampla e profunda transformação social; para outros, embora acentuem e valorizem as mesmas tendências, numa mera reforma do

sistema liberal, onde se dá a primazia ao mercado em detrimento do Estado social, com a consequente desintegração da escola, da família e da esfera pública.

Sennett, segundo Lopes, espelha uma imagem pessimista do fim do homem público e da cidade. Segundo este autor predomina a idolatria intimista e a auto-absorção narcísica, em detrimento da civilidade. Lash, e ainda segundo Lopes, faz referência à presença do ego como princípio distintivo da sociedade hodierna, demarcando-se, porém, das críticas ao excesso de narcisismo ou egoísmo da cultura contemporânea. É a luta pela sobrevivência que enforma todo o mosaico social da actualidade.

Embora em alguns aspectos concordante, Lipovetski (1983: 8) apresenta, relativamente a esta problemática, uma outra perspectiva. Considera que a pós-modernidade se identifica com uma segunda revolução individualista, uma ruptura posterior à ruptura iniciada nos séculos XVII e XVIII que conduziu às sociedades modernas. Esta segunda revolução inicia um processo de personalização que, segundo ele, seria redutor assimilar a uma estratégia de reciclagem do capital, ainda que de rosto humano, uma vez que este processo reúne, no mesmo tempo, todo o conjunto de um sistema, mesmo que alguma parte dele retire mais-valias. Defende a ideia de que a pós-modernidade representa uma mutação global em curso, uma combinação conjunta de organizações e de significações, de acções e de valores que se esboça a partir dos anos vinte, na arte e na psicanálise, ampliando-se a partir da Segunda Guerra Mundial.

Bandeira (2000: 10-13) denuncia as principais fragilidades da sociedade hodierna:

- Inexistência de alternativas como forma de salvaguarda da estabilidade do mercado (imposição do pensamento único);
- Submissão do poder político ao poder económico;
- Expansão das cidades globais à custa do êxodo territorial das regiões periféricas e desfavorecidas;
- Poderes de decisão cada vez mais vinculados a actores não legitimados pela força do voto popular;
- Governos que se preocupam apenas com a estabilidade do mercado financeiro;
- Poder político controlado pela força da informação, situação esta gera uma cumplicidade entre quem detém realmente o poder e os órgãos informativos;
- A existência de um espaço/tempo fantasmagórico, o qual enforma novas vivências e dinâmicas exclusivas e excludentes;
- Desvalorização do espaço em detrimento do tempo global;
- A emergência das cidades temáticas, no âmbito de uma visão global;
- A sobreposição do pragmatismo económico à utopia;
- A emergência de um individualismo feroz à custa do esfacelamento dos laços de solidariedade orgânica, capazes de reinventarem a utopia.

Esta reflexão pode ajudar-nos a compreender as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do movimento associativo, numa sociedade simultaneamente globalizada e fragmentada.

Os estrangulamentos do movimento associativo são diversos, dependendo dos contextos interno e externo de

cada associação. A nível interno, as debilidades do movimento associativo radicam: nas dificuldades de ordem financeira; na falta de animadores e responsáveis; na gritante necessidade de formação para dirigentes associativos; na rivalidade entre as colectividades locais, que se traduz numa desestruturação deste movimento. Consequentemente, perde coerência e eficácia.

A nível externo o movimento associativo sofre com a concorrência dos meios audiovisuais. O homem hodierno transformou-se num consumidor de imagens, à sociedade da biblioteca sucedeu a da mediateca. E se é verdade que a informação aproxima as diversas pessoas entre si, transformando cada homem num cidadão desta aldeia global, por outro cria no indivíduo um crescente estado de tensão que o leva a isolar-se. Este consumo de imagens e comportamentos isolantes em nada favorecem o movimento associativo. Outro grande escolho, porque não dizê-lo, radica na falta de coragem e dinamismo de muitos agentes do poder local.

As associações devem ser encaradas como parceiros na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural das colectividades locais. Para além disso, muitas associações sofrem com o facto de operarem em espaços geográficos de reduzida dimensão demográfica. Se é verdade que estas entidades se debatem com a falta de massa crítica, também não deixa de ser verdadeiro o facto de, se caso não existissem, a animação sociocultural destas colectividades tenderia a desaparecer, aumentando-se assim a atracção dos centros urbanos e perdendo-se um espólio de tradições de valor inquestionável. Estas colectividades devem ser apoiadas e acarinhadas como agentes capazes de atrair e fixar grandes projectos endógenos susceptíveis de propiciar a revitalização

destes espaços geográficos, através do aproveitamento dos recursos humanos existentes.

Mas o movimento associativo também tem inúmeras potencialidades. Para além dos valores que lhe estão inerentes, e aos quais já fizemos referência, a sua grande vantagem resulta de serem entidades concretas, locais, permanentes e de proximidade, capazes, como ninguém, de mobilizar as populações em torno de projectos específicos, sem estes perderem o seu carácter de transferibilidade. Esta potencialidade responde cabalmente às estratégias de desenvolvimento endógeno.

Temos, de uma vez por todos, que encarar o movimento associativo como parceiro privilegiado dos poderes central e local, pugnano pela sua valorização como força e expressão de uma sociedade simultaneamente globalizada e fragmentada.

Urge encontrar boas práticas do movimento associativo, sempre dentro de um espírito de inovação e transferibilidade. O associativismo tem futuro se for capaz de capitalizar os factores críticos de sucesso e externalizar os factores críticos de fracasso (os sucessos que podem ter um efeito devastador nas associações). De entre os diversos factores críticos de fracasso destacamos dois de características diametralmente opostas: uma liderança fonte alicerçada na desorganização do movimento associativo ou a organização excessiva do mesmo. A desorganização proporciona um tipo de funcionamento centralizado sobre o líder. Quando este deixa de funcionar, as organizações correm o risco se atrofiarem e, muitas vezes, desaparecerem. A organização excessiva, por que profundamente burocrática, cristaliza as próprias instituições. Como sabemos, a pretensa perfeição tende, de forma narcisista, a reproduzir sempre os mesmos valores, comportamentos e atitudes. Resulta daqui

uma certa dificuldade de adaptação à realidade, realidade esta em continua mudança.

O associativismo tem futuro se, em colaboração com as forças políticas, e como parceiro destas, dentro de um quadro de alteridade, encontrar metodologias que desenvolvam o "valor colectivo"; a credibilidade do movimento; a especialização e complementaridade; a participação; a relação com o seu ambiente de tarefa e, finalmente, uma reflexão em torno do que é a sua missão, os objectivos que se pretendem alcançar, as necessidades a suprimir, os problemas com que se debate e as oportunidades que existem para se resolverem os problemas num contexto de continua mudança.

Devolver o "valor colectivo" ao movimento associativo constitui-se como uma estratégia prioritária. Nos tempos hodiernos é comum confundir-se alteridade com isolacionismo. Apesar destes conceitos referirem realidades diversas, na prática, a alteridade não sendo temperada pelo diálogo conduz ao isolacionismo. Temos de entender e assumir que o valor de cada associação depende do valor global de todas, principio este que contraria a actual desestruturação do movimento associativo.

Tal constatação e exigência leva-nos a reflectir sobre a credibilidade do associativismo actual. A credibilidade resulta, sobretudo no mundo actual, de uma identidade forte e uma união sólida, num quadro de experiências múltiplas e interesses, por vezes, divergentes. Muitos dirigentes associativos, procurando assumir e vivenciar valores meramente locais e sectoriais, feudalizam-se. A sua credibilidade depende apenas do modo como conhecem e transmitem institucionalmente as necessidades e os desejos das colectividades. No entanto, e numa sociedade globalizada

onde as prioridades políticas e estratégicas são estruturadas e assumidas de acordo com o binómio custo-benefício, a voz de um associativismo desestruturado é frágil e dispendiosa. É frágil porque ninguém, nos dias de hoje, se impõe por si só numa sociedade marcada pela forte concorrência, sempre a colocar novos problemas e a exigir novos ordenamentos. É dispendiosa porque não aproveita sinergias, as quais poderiam existir numa escala mais alargada, desde que os dirigentes associativos partilhassem entre si soluções mais benéficas.

Conclusão

Em jeito de conclusão, cremos que o futuro das sociedades passará pela capacidade das pessoas se associarem de forma criativa, de modo a que, agregando esforços com os órgãos de poder, se crie plataformas em que se agilizem processos, simplifiquem procedimentos e se optimize recursos. No fundo, através deste meio, estamos a mininizar os riscos individuais, a propor oportunidades de aprendizagem às forças ou parceiros mais débeis e a potenciar as forças de cada um em prol do benefício da maioria.

Bibliografia

- Ander-Egg, E. (1991), *Introducción a la planificación*, 13.ª Edición, Siglo XXI de España, S.A., Madrid.
- Bandeira, P. (2000), *Apenas o mundo, hoje, onde as revoluções são impossíveis. Da ilusão à desilusão da imaginários de pouca arquitectura entre os anos 60 e 90*, Barcelona.

- Harvey, D. (1994) *Condição Pós-Moderna*, 8.ª Edição, São Paulo, Edições Loyola.
- Lipovetsky, G. (1983) *A Era do Vazio. Ensaio Sobre o Individualismo Contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Lopes, J. (2000). *A Cidade e a Cultura. Um Estudo sobre as Práticas Culturais Urbanas*, Porto, Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.
- Toffler, A. (1983). *O choque do futuro*, Col. Vida e Cultura, Nº 44, Edição Livros do Brasil, Lisboa.